

VISÕES DA LITURGIA: O IMPERADOR E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Patrícia Falco Genovez¹

A discussão que propomos encontra-se, intimamente, ligada à produção historiográfica acerca da constituição do Estado Nacional brasileiro e da conformação política da elite governante. Partindo de inúmeras leituras sobre a história do Brasil durante o segundo período imperial, pude constatar que, de um modo geral, os autores que se dedicam a uma interpretação de cunho político possuem uma visão bastante diferenciada em relação ao papel do Imperador, no meio político. Para alguns, ele não passou de um instrumento nas mãos do corpo político; para outros, a figura imperial gozava de um poder efetivo. Entre esses autores, que encaram o sistema político como tendo uma lógica própria, destaco: Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Uricoechea. Uma ressalva deve ser feita ao trabalho proposto por José Murilo de Carvalho ao buscar uma análise mais aprofundada acerca dos agentes responsáveis pela ação/decisão política. Nesse sentido, Richard Graham também propõe uma lógica semelhante ao buscar as várias trajetórias do poder político no império².

¹ Doutoranda em História Moderna e Contemporânea do Brasil. Universidade Federal Fluminense – Niterói/Rio de Janeiro. Bolsista do CNPq.

² FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a Burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: EDUNB, 1981.

CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

Contudo, é importante frisar, há outros autores, de inspiração marxista, que, ao contrário do primeiro grupo citado, percebe o Estado como um representante dos interesses de classe, como é o caso de Paula Beiguelman, Emília Viotti da Costa, Néelson Werneck Sodré e Kátia Mattoso. Entre os marxistas cabe um destaque ao trabalho, na linha revisionista, realizado por Ilmar de Mattos.³

As linhas que circundam ambos os grupos são utilizadas apenas para uma melhor organização das opções metodológicas: marxistas ou weberianas, pois, quando a questão gira em torno da conformação política da elite, os autores se reorganizam e formam novos grupos: aqueles que verificam diferenças entre os partidos Liberal e Conservador na política do Império e aqueles que os vêem semelhantes. Entre os primeiros, apenas para uma idéia preliminar, uma vez que tratarei esta questão com detalhamento mais adiante, encontramos: Raymundo Faoro e José Murilo de Carvalho; entre os segundos, Paula Beiguelman e Néelson Werneck Sodré.

O grupo de autores de inspiração marxista vincula todo e qualquer arranjo institucional aos pactos de dominação de classe. Nas abordagens mais ortodoxas não se percebem com clareza os motivos da inclusão ou exclusão de determinadas classes sociais envolvidas no pacto. O exemplo da obra de Néelson Werneck Sodré é emblemático. Para este autor o rompimento da base econômica dos diferentes grupos de proprietários rurais, liderados pelos proprietários do Vale do Paraíba fluminense, culminou na República. Neste tipo de análise fica quase impossível responder a questões referentes ao Movimento de 1842, promovido pelos mineiros e paulistas liberais, os mesmos que se empenharam na urgência da Maioridade⁴. Além disso, não permite avaliar como a presença e a autoridade monárquica era tão forte no imaginário

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

³ SILVA, Vera Alice Cardoso. Monarquia e Primeira República: a natureza do pacto de dominação segundo interpretações correntes na historiografia. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 10, 1990. Neste artigo a autora trabalha a partir de três interpretações: a de inspiração marxista; a que toma o Estado e nação como temas significativos em si mesmos; e as que verificam uma relação dinâmica entre o Estado e a sociedade.

⁴ SODRÉ, Néelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1935. Sobre o movimento liberal de 1842 e da Maioridade, ver OLIVEIRA, Leda Maria de. **O Movimento de 1842: o protesto armado da elite liberal mineira**. Niterói, 1983. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. Capítulos II, III e IV.

dos envolvidos no Movimento de 1842 a ponto de o líder José Feliciano Pinto Coelho enviar uma carta ao monarca, declarando seu apreço e fidelidade à Monarquia brasileira. Naquela oportunidade, José Feliciano declarava: "Os mineiros, Senhor, são essencialmente Monarquistas, amam até a adoração ao seu Imperador, não acredite Vossa Majestade Imperial que haja um único Mineiro que se revolte contra o Monarca Constitucional [...]"⁵.

Esta mesma linha de argumentação, desenvolvida por Néelson Werneck Sodré, foi inaugurada por Paula Beiguelman. Para a autora, os fazendeiros do Oeste Paulista seriam os responsáveis pelo rompimento do pacto, dando início à experiência republicana. Caminho que foi seguido por outra historiadora: Emília Viotti da Costa⁶.

Bem próximo de Néelson Werneck Sodré e de Paula Beiguelman, Ilmar R. de Mattos atribui aos cafeicultores do Vale Paraíba fluminense o que chamou de "direção saquarema":

A vivência de experiências comuns, experiências essas que lhes possibilitassem sentir e identificar seus interesses como algo que lhes era comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses eram diferentes e mesmo antagônicos aos seus constituía-se, sem dúvida, na condição para uma transformação. Intimamente ligados ao aparelho de Estado, expandiam seus interesses, procuravam exercitar uma direção e impunham a tarefa de construção de um Estado soberano, levavam a cabo o seu próprio forjar enquanto classe, transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante.⁷

A essa visão da direção saquarema aliava-se o grupo de fazendeiros ligados ao setor agroexportador e os comerciantes (importadores e comissários). Do outro lado da balança estavam os liberais. Esses eram fazendeiros mais afastados da Corte, que defendiam um poder mais descentralizado para garantir a posse do monopólio mais

⁵ Carta enviada por José Feliciano Pinto Coelho ao Imperador D. Pedro II, em 10/07/1842. Apud RODRIGUES, José Carlos. **Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986. p. 87.

⁶ Ver BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. Rio de Janeiro: Pioneira, 1968.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

⁷ MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. A formação do Estado Imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 54.

importante deste período, o da mão-de-obra, já em poder dos conservadores, isto é, pretendiam manter o que Ilmar de Mattos chama de o "mando da casa"⁸. A posição do autor diferenciando e hierarquizando os partidos imperiais, será analisada mais adiante.

Também nesta análise não fica devidamente definida a importância do cerimonial quando o autor trabalha a festa da Maioridade produzida, primeiramente, pelos liberais e, um ano depois, aquela no momento da coroação e aclamação, realizada pelos conservadores.

Quando, oito meses depois, retornaram ao governo pelas mãos do Imperador soberano, promoveram também uma comemoração: a Coroação e a Sagração do imperador [...]. Ali, na comemoração preparada pelos saquaremas, não deixavam de estar presentes muitos dos pressupostos que sustentavam o princípio conservador: fausto e nobreza, a submissão ao superior, expressado na concessão do beija-mão; as casas, destacadas por suas ornamentações, ordenando e limitando a rua, o desfile cadenciado e organizado, reservando um lugar para cada personagem, como símbolo da ordem triunfante. A luminosidade do dia, a que se acrescenta o clarão das girândolas, punha em evidência esplendorosa a figura do imperador. Não deixava, contudo, de projetar sombras sobre os reais construtores do Poder que ali se apresentavam. Ofuscava também as pálidas luminárias dos Liberais.⁹

Todo o cerimonial descrito envolve uma série de liturgias que compõem o poder, trazendo novos contornos e matizes à sociedade da época. É, sem dúvida, uma forma alternativa de expor o poder imperial que, no entanto, não é plenamente desenvolvido no recorte teórico-metodológico escolhido pelo autor.

Para o grupo de historiadores que enfatizam o campo político, a ação do Estado não é a de uma mera representante do interesse de classe, o que significa dizer que as decisões têm como alvo final o interesse nacional, contrapondo-se muitas vezes aos interesses particularísticos. Neste grupo de interpretações muitas estão relacionadas ao conceito weberiano de Estado Patrimonial. O primeiro historiador a desenvolver suas pesquisas nessa linha de argumentação foi Raymundo Faoro. Em sua análise, o Estado imperial possui um caráter parasitário em relação à sociedade, com uma elite diversa daquela ligada à produção. Conseqüentemente, esta elite gerada pelo Estado Patrimonialista não

⁸ MATTOS, op. cit., p. 60 e 116.

⁹ Ibid., p. 180 e 181.

tinha seus interesses afinados com a sociedade nacional (produtora).¹⁰ Já Simon Schwartzman apresenta uma visão mais otimista em relação ao Estado Patrimonialista: havia a necessidade de um Estado autoritário em virtude da dependência variada das áreas de produção ao capitalismo internacional¹¹.

Quase à mesma época de Simon Schwartzman, Fernando Uricoechea também propôs uma análise em que era inevitável administrar e impor a ordem num território tão extenso e pouco povoado como o nosso. Daí as três principais tendências observadas na transformação empreendida pelo Estado imperial, principalmente no segundo e terceiro quartéis do século XIX:

Primeira, o movimento de expansão das agências governamentais em direção à periferia da comunidade política e a criação de uma rede burocrática nacional; segunda, a mudança nas contribuições relativas das estruturas burocráticas e patrimonial de governo para a criação de uma ordem administrativa, em outras palavras, para o estabelecimento de uma rotina institucional para a organização do estado; e terceira, a emergência, consolidação e institucionalização de uma nova normatividade, uma nova forma de dar fundamento e validar a rotina administrativa diária e os processos decisórios.¹²

A manutenção da ordem deu-se a partir do pacto firmado entre a burocracia e os fazendeiros rurais, através da Guarda Nacional: "responsável pelas liturgias patrimoniais da sociedade brasileira"¹³.

Embora o autor tenha aberto espaço para trabalhar a questão das liturgias patrimoniais através da Guarda Nacional, a intenção se restringiu em verificar e analisar tais contribuições - criação de um corpo militar para manter a ordem e criação de uma rotina administrativa. Contudo, não é objetivo do autor buscar uma compreensão mais detalhada do significado, em termos de *status*, que a titulação desta instituição proporcionava aos proprietários rurais. Além das atividades mais rotineiras, solicitadas por juízes locais e delegados, os integrantes da Guarda Nacional também eram figuras indispensáveis nas ocasiões "mais hieráticas e pomposas do aparato da Corte: procissões religiosas, revistas militares, e toda espécie de 'consumismo' simbólico"¹⁴. Há, portanto, todo

¹⁰ FAORO, Raymundo, op. cit.

¹¹ SCHWARTZMAN, Simon, op. cit.

¹² URICOECHEA, Fernando, op. cit., p. 301.

¹³ Ibid., p. 304.

¹⁴ Ibid., p. 137. Grifo nosso.

um aparato de símbolos usados para expor o poder dos coronéis encarregados de manter e uniformizar esses batalhões. Símbolos que perpassam e hierarquizam toda a sociedade imperial.

Esta visão de Estado Patrimonial também é compartilhada por Kátia M. de Queiroz Mattoso ao afirmar que o Estado brasileiro não foi criado mas transformado a partir da gestão patrimonial portuguesa. Para a autora,

O Estado monárquico brasileiro tomou emprestada a colaboração do poder privado, nascido das próprias circunstâncias do processo colonizador. Foi o que garantiu seu sucessor. Este poder - que ora foi sentido no Brasil como usurpador, ora como detentor de uma delegação do Estado centralizador - conseguiu sobreviver graças ao ritmo muito lento da evolução das estruturas sociais e econômicas e das **mentalidades**. O "novo Estado brasileiro", que se constituiu sem confrontos graves mas implantou um sistema de governo centralizador e autoritário, manteve a união nacional contra ventos e marés.¹⁵

Partindo dessa perspectiva a autora considera falso o debate entre centralização e descentralização. Ou seja, esvazia toda e qualquer análise que pautas as diferenças partidárias entre Liberais e Conservadores - como a que ocorre na obra de Ilmar de Mattos, José Murilo de Carvalho, Raymundo Faoro, Fernando Azevedo e Oliveira Torres - onde os primeiros lutam por um governo mais descentralizado em defesa de interesses particularísticos em constante choque com uma determinação que se fecha em torno de um objetivo de proporções nacionais. Nesse sentido, também contraria a tendência verificada por Roderick Barman, quando o autor aponta, já no primeiro reinado, o surgimento de "pequenas pátrias", colocando o mando local em choque constante com um governo mais centralizado e forte¹⁶.

Entre os autores que articulam suas análises privilegiando o fator político, podemos destacar José Murilo de Carvalho. Este autor define sua tese a partir da elite que ocupava as posições formais do poder. "As decisões de política nacional eram tomadas realmente pelas pessoas que ocupavam os cargos do executivo e do legislativo, isto é, além do Imperador, os Conselheiros de Estado, os Ministros, os Senadores e os

¹⁵ MATTOSO, Kátia M. Queiroz. **Bahia - século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 253.

¹⁶ BARMAN, Roderick. **Brazil: the forging of a Nation (1798-1852)**. Califórnia: Stanford University Press, 1988, Capítulo IV.

Deputados"¹⁷. Esta elite contrapunha-se à sociedade composta pelos proprietários escravistas e pelos escravos ao se tornar agente das reformas necessárias à modernização nacional. Os fazendeiros rurais aparecem como representantes dos interesses regionais em constante tensão com as propostas modernizadoras personificadas no corpo do poder executivo. Daí, a necessidade de neutralização da Coroa através das reformas eleitorais. A cartada final foi a alteração realizada em 1887, pondo fim à eleição em dois turnos e, conseqüentemente, acabando com a margem de manobra da Coroa dentro da Assembléia Geral.

Sintomaticamente, seriam as pressões por representação mais autêntica e direta de interesses que iriam tornar cada vez mais difícil a reprodução da elite imperial. O governo do país pelo país, pedido por liberais como Zacarias, implicava em destruir alguns dos sustentáculos da elite, como sejam a centralização, o Poder Moderador, o Conselho de Estado ou o Senado vitalício. A artificialidade da elite, como a do sistema como um todo, tonar-se-ia cada vez mais evidente, até que ambos caíssem como um fruto maduro.¹⁸

Além disso, o autor também propõe uma revisão das interpretações baseadas nas concepções de Estado Patrimonial.

Não podiam viver eles [os proprietários rurais] de rendas e serviços prestados por camponeses, disponíveis no ócio para os serviços militares e administrativos do Estado, como fazia a elite inglesa. Os proprietários brasileiros eram produtores e homens de negócio que não podiam dedicar-se em tempo integral às tarefas de governo. A falta de estamentalização reduzia seu grau de coesão que também não era favorecida pela dependência do mercado interno. Só em raros momentos em que eram postos em jogo alguns de seus interesses básicos.¹⁹

Um outro ponto de destaque na obra de José Murilo de Carvalho é o debate entre a centralização e a descentralização, marcadamente ocorrida entre as décadas de 30 e 50 do século XIX. As várias rebeliões deste período nas províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais ganham uma conotação de cunho econômico quando o autor explica a subversão destas províncias, baseando-se no fato de as mesmas

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Brasília: UNB, 1981, p. 41.

¹⁸ *Ibid.*, p. 182.

¹⁹ *Ibid.*, p. 179 e 180.

apresentarem uma economia atrasada e/ou estagnada, inspirado pelos pressupostos de Simon Schwartzman. Este último

Tenta contrastar Minas Gerais e São Paulo ao final do Império e durante a primeira República. Minas representaria a região economicamente estagnada e de comportamento político conservador. [...] Como consequência desta situação, ter-se-ia desenvolvido em Minas um estilo cooptativo de participação política, com alta saliência do setor burocrático, enquanto que em SP a política se caracterizaria mais por um estilo representativo de participação. Daí também o predomínio de Minas na política nacional, enquanto São Paulo predominava economicamente.²⁰

Sob este aspecto, todo o argumento para Minas Gerais parece comprometido, tendo em vista que inúmeros estudos de recorte regional apontam para uma mudança do eixo econômico da província mineira: gradativa e concomitantemente, a produção aurífera passou a favorecer a formação de um mercado de produção de subsistência de respeitável capacidade acumulativa de riqueza.

Através de uma mudança na perspectiva econômica, novas análises vêm trazendo uma visão mais regional e inovadora, rompendo com os pressupostos norteados pelas atividades econômicas cíclicas. Especificamente para Minas Gerais, inúmeros trabalhos já enfatizam o setor de produção para o mercado interno, como é o caso de: Roberto Borges Martins, Robert Slenes, Alcir Lenharo e inúmeras pesquisas com recorte espacial mais centrado na área mineradora e proximidades: Carla Maria Carvalho de Almeida, Carlos Magno Guimarães, Liana Maria Reis, Ângelo Carrara, Anderson Pires, Rômulo Andrade e Sonia Maria de Souza²¹. De todas, cabe um destaque ao recorte implementado pela

²⁰ Ibid., p. 169.

²¹ MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos ICHL/UNICAMP**, Campinas, n. 17, 1985.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750/1850**. Niterói, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade federal Fluminense.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 2, jun. 1986.

historiadora Carla Maria, abrangendo Mariana, no período de 1750 a 1850, quando parte do território desta cidade situava-se na região Metalúrgica-Mantiqueira, caracterizada pelas atividades mineradoras, e a outra parte, na Zona da Mata, mais propícia às atividades agropastoris. Partindo desse pressuposto, a proposta da autora foi

Analisar a forma e o funcionamento das unidades produtivas existentes em Mariana, tentando perceber as suas alterações no tempo, com vistas a demonstrar que o declínio da mineração não provocou transformações bruscas ou profundas na estrutura produtiva estabelecida. O que houve foi uma reestruturação econômica, em que as atividades mercantis de subsistência passariam a ocupar o lugar de atividade nuclear, permanecendo, no entanto, a mesma forma e lógica de funcionamento verificadas no período de auge minerador. Deste modo, achamos que as noções de "decadência", "involução" ou "estagnação" não cabem para definir a economia da região.²²

Portanto, com a queda da produção aurífera esses centros de produção de subsistência continuaram e expandiram suas atividades em pequenas e médias propriedades²³. O café terá seu pico de desenvolvimento a partir das décadas de 60 e 70, quando Minas passa a ter o maior contingente de mão-de-obra escrava do Império. Desta forma, considero problemático afirmar que a província mineira passou, com o desenvolvimento cafeeiro, a ter uma posição mais complexa em relação ao governo central; e que o *boom* cafeeiro na Zona da Mata e no Sul teria desenvolvido um tipo de liberalismo baseado nas reivindicações de autonomia estatal, diferente daquele estilo clássico vivenciado pelos líderes políticos característicos da área mineradora²⁴.

CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e contínuismo (1834-1909)**. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 22, mar.-ago. 1991.

SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais: a diversificação produtiva na economia cafeeira - o caso de Juiz de Fora (1870-1900)**. Juiz de Fora, 1995. Monografia (Bacharelado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora.

²² ALMEIDA, op. cit., p. 33 e 34.

²³ SOUZA, op. cit., capítulo II.

²⁴ CARVALHO, op. cit., p. 173.

Não parece ser pelos motivos apontados pelo historiador José Murilo de Carvalho que a província de Minas Gerais apresenta um posicionamento menos rebelde que aquele verificado até 1842. Há outras questões envolvidas, além da posição econômica, definindo e interferindo nas relações de poder instaladas entre Minas e a Corte. Além disso, existe uma tensão latente em Minas Gerais, se for levada em conta a necessidade da defesa dos argumentos de centralização do poder, garantindo a continuidade da ordem escravista e, ao mesmo tempo, o desejo de uma liberdade maior por parte dos interesses particulares do grande número de fazendeiros ligados à cultura do café e de subsistência, em toda a área da Zona da Mata e Sul de Minas. Por outro lado, nas demais regiões mineiras estabelecem-se economias alternativas à produção cafeeira, com características bem distintas: reduzido plantel escravista e pequenas e médias propriedades com culturas variadas²⁵.

Acreditamos que o ponto relacionado às eleições, apontado por José Murilo de Carvalho, possa nos indicar novos caminhos para uma abordagem em que os aspectos simbólicos presentes na sociedade monárquica do Segundo Império revelem em melhor estilo outras estratégias de imposição do poder central, para além das questões econômicas, apontadas pelo autor. É absolutamente inegável o repertório simbólico de uma simples eleição. Fato até certo ponto recorrente, onde é possível reler através da liturgia de cada ato, a hierarquização da sociedade senhorial escravista.

Contudo, é através das eleições que um outro aspecto ganha destaque: o debate que se estabelece sobre as diferenças e/ou semelhanças entre os partidos Liberal e Conservador, na produção historiográfica que versa sobre o Segundo Império. Um ponto importante, como já foi frisado, porque através dessas posturas diferenciadas podem ser percebidas com clareza as diversas visões da figura imperial no âmbito político, compondo o quadro litúrgico já existente nos procedimentos eleitorais. Neste debate existem basicamente três correntes: a da semelhança, a da diferença, e uma terceira apontando semelhanças e diferenças.

Entre os historiadores que desenvolvem suas pesquisas em torno das semelhanças concernentes a liberais e conservadores, encontram-se: Caio Prado Júnior, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Vicente L. Cardoso, Francisco Iglésias e Richard Graham. Para o primeiro, o governo e conseqüentemente os partidos refletiam

²⁵ CARRARA, op. cit., capítulo II.

unicamente os interesses da classe dominante: proprietários de terras ou comerciantes. Estes interesses divergentes encontravam-se misturados em ambos os partidos. Numa corrente historiográfica alternativa àquela desenvolvida por Caio Prado Júnior, Nestor Duarte e Oliveira Vianna enxergam as semelhanças entre liberais e conservadores na constatação de que o poder no Brasil Império se manteve refém da esfera privada, principalmente da família, que rivalizava com frequência com o poder estatal. Para Oliveira Vianna, inclusive, a formação do clã familiar, a partir dos parentescos religiosos e de compadrio, constituía alianças que chegavam à política. "Estes clãs feudais e parentais - até então dissociados - foram levados, claramente, à solidariedade e à cooperação. Esta solidarização, este entendimento, esta associação, este sincretismo, que se processara entre eles, era puramente político - porque tinha fins eleitorais"²⁶. Com argumentações bem próximas, Nestor Duarte, Vicente Licínio Cardoso e Maria Isaura Pereira de Queiroz, também vêem os partidos Liberal e Conservador como meros representantes dos interesses agrários. Nestor Duarte admite apenas uma diferenciação ao nível ideológico, entre liberais e conservadores, fato que não chegou a ocorrer na visão de Francisco Iglésias. Para este autor a semelhança entre os dois partidos era de ideologia e também de prática política. Análise que vem de encontro àquela efetuada por Vicente L. Cardoso para quem os partidos imperiais eram apenas uma ilusão na política parlamentar do Império. Para Maria Isaura, "os partidos políticos imperiais foram o manto sob o qual se escondeu a força dos chefes locais; sua realidade como "partido político", no sentido de arregimentação de pessoas em torno de um programa ou de um ideal, não existiu; liberais, conservadores, as idéias de seus membros não apresentavam diversidade palpável"²⁷.

Richard Graham considera sem efeito a divisão partidária entre liberais e conservadores. Ambos os partidos eram constituídos da mesma base social. O que contava era a clientela que se formava ao redor de cada facção paroquial e municipal. A partir dessas facções os eleitores escolhiam os Deputados, por isso elas eram mais significativas do que a formação de partidos nacionais.

²⁶ VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, v. 1, p. 220.

²⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 79.

Não é de admirar que a política parlamentar constantemente se despiisse de legendas partidárias com quase tanta facilidade como se fazia com um conjunto de roupas. Claro, alguns políticos pareciam mais afinados com políticos destinados a proteger os direitos individuais, acelerar a autonomia provincial e reduzir as prerrogativas do império, mas nenhum partido defendia com firmeza essas medidas. Na verdade, era tão provável que os conservadores fizessem aprovar leis liberais quanto os próprios liberais. Pois o eleitorado do deputado votara não no defensor de um programa, ou mesmo num obediente agente do partido, mas num homem que podia garantir colocações no Gabinete.²⁸

Entre os autores que pautam suas argumentações nas diferenças entre liberais e conservadores, Fernando de Azevedo e Oliveira Torres identificam os primeiros a uma base urbana, enquanto que os segundos teriam uma base agrária, uma visão que se aproxima daquela empreendida por Afonso Arinos. Nesta mesma linha de diferenciação, pautada na ocupação social, Raymundo Faoro aponta os liberais como oriundos da classe proprietária da sociedade colonial; por outro lado, os conservadores estariam ligados ao estamento burocrático da monarquia portuguesa. Em relação a esta argumentação, Richard Graham coloca:

Discordo de Faoro em quase todos os pontos, mas sobretudo no tocante ao Estado. Não vejo tão autônomo e livre de seu contexto social e econômico, nem creio que políticos, juízes e outras autoridades representassem apenas os interesses de um Estado reificado, assim que atravessassem os portões de uma agência governamental. Ocupantes de cargos, em diferentes níveis do governo, chocavam-se frequentemente uns com os outros, tanto que as autoridades centrais algumas vezes lutavam contra os donos do poder local, mas nos dois extremos e em todo o sistema político, fosse qual fosse seu partido, as autoridades eram extremamente sensíveis aos interesses agrários, quando não eram elas próprias proprietárias de terra.²⁹

Para José Murilo de Carvalho não cabem divisões e classificações simplificadas³⁰. Contudo, ele aponta para uma formação conservadora

²⁸ GRAHAM, op. cit., p. 238.

²⁹ Ibid., p. 21.

³⁰ CARVALHO. **A construção da ordem...**, p. 157. Mas é o próprio autor quem alerta sobre a variação radical sobre a composição social dos partidos, uma vez que as mesmas, vão "desde o império burguês de Caio Prado, com setores reacionários e progressistas, à sociedade patriarcal de Nestor Duarte; ao domínio do latifúndio de Maria Isaura; à predominância do estamento burocrático de Faoro; à sociedade escravista de Vicente L. Cardoso; à sociedade quase feudal de Oliveira Vianna. Os partidos são forçados a refletir

entre os burocratas e proprietários rurais do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, aliados aos comerciantes das grandes cidades; e para uma composição liberal a reunião de profissionais liberais, advogados, jornalistas, magistrados e proprietários rurais do sul do país³¹.

Tal composição dava ao Partido Conservador tendência à defesa da centralização política, mas dividia-o quando se tratava de reformas sociais. Neste último caso, o setor burocrático, incluindo aí a alta cúpula da elite política, tendia a ser mais reformista, sendo freado pelo outro lado da coalizão. A questão da escravidão foi o exemplo mais claro de divisão. O Partido Liberal padecia de doença semelhante. Os profissionais urbanos puxavam a ideologia do partido para a descentralização e para a reforma social. O setor agrário concordava com a descentralização, de vez que dependia menos de medidas do governo central para proteger suas atividades econômicas do que o setor exportador, mas opunha-se às reformas sociais. A divisão ficou clara nas questões da escravidão, da eleição direta, e da regulação da propriedade da terra.³²

De acordo com o raciocínio desenvolvido por José Murilo de Carvalho não haveria, portanto, uma direção, conforme verificamos na obra de Ilmar de Mattos, que veremos a seguir. Para José Murilo os políticos fluminenses tinham uma tendência maior à absorção pela política nacional devido à proximidade não apenas geográfica, mas também em termos de identificação ideológica e social com a Corte. Por este motivo, formulavam os problemas e soluções em um nível mais amplo, distribuindo os custos³³.

A terceira vertente tem a obra de Ilmar R. de Mattos, *O tempo saquarema*, como grande marco. Nesta, o autor analisa liberais e conservadores como sendo semelhantes, diferentes e hierárquicos, superando as demais formulações³⁴. Aliás, uma posição inspirada, segundo Ilmar de Mattos, em Paula Beiguelman, na análise desenvolvida em *Formação Política do Brasil*, quando,

estas variadas concepções assumindo também as mais diversas fisionomias, como acabamos de ver".

³¹ Ibid., p. 165-166.

³² CARVALHO, José Murilo. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 154.

³³ Ibid., p. 100.

³⁴ MATTOS, op. cit., p. 124.

Após referir a organização política do Império ao sistema escravista nacional do século XIX, a autora diz que os partidos políticos imperiais eram partidos de patronagem, sublinhando a relação assimétrica entre ambos como resultado da ação da Coroa: “mantendo um deles na dianteira, e, correlatamente, criando no outro uma relativa ansiedade pelo poder, de forma a emular a competição pelos seus favores”.³⁵

As restrições de Ilmar de Mattos em relação à visão de Paula Beiguelman são basicamente duas: primeira, que não é possível reduzir uma hierarquização a uma assimetria; e segunda, o papel privilegiado à Coroa na explicação da política imperial, recuperando o “poder pessoal do imperador”³⁶. Para Paula Beiguelman, portanto, o Poder Moderador assumiria o papel de árbitro nessa hierarquização dos partidos Liberal e Conservador. Seria, portanto,

Possível ao Moderador substituir a disputa (favorável ao *statu quo*) no terreno da identificação com a sociedade agrária, [...] no sentido da obtenção dos favores da Coroa. Nessas condições, é possível ao Moderador dissociar momentaneamente (mas num passo decisivo) os partidos dos interesses que representam, e assim uma medida que jamais seria levantada espontaneamente por qualquer dos dois é por fim aprovada por ambos, embora um deles cindido.³⁷

Esta coordenação por parte da Coroa estaria presente na extinção do tráfico e em todo o processo abolicionista.

A grande diferenciação na obra de Ilmar de Mattos está intrinsecamente relacionada à sua visão dos partidos políticos do Império brasileiro. Apesar das pretensões diferentes dos liberais, estabelece-se uma direção por parte dos conservadores: a direção saquarema. Através dela, os conservadores conseguiram esvaziar os argumentos liberais em torno da Representação Nacional, da Vontade Nacional, do Princípio Democrático e, fundamentalmente, da questão nativista.

Com esta visão, Ilmar de Mattos rompe com a corrente historiográfica sobre o rodízio dos partidos, que camuflaria a vitória da direção saquarema. Um rodízio que parece nítido a Paula Beiguelman, conforme já exposto acima, e a Kátia Mattoso. Para esta última, os princípios centralizadores suplantam os ideários federalistas dos liberais e, uma vez consolidado o Estado brasileiro, o Monarca passa "a governar

³⁵ Ibid., p. 123.

³⁶ Id.

³⁷ BEIGUELMAN, op. cit., p. 70.

ora com os Liberais, ora com os Conservadores, com o apoio do Conselho de Estado e do Senado, cujos membros eram nomeados por ele"³⁸.

Essa noção de coordenação, por parte da Coroa, aparece permeando várias obras. Bem próximo da proposta desenvolvida por Paula Beiguelman, o trabalho de Richard Graham não deixa dúvidas quanto ao papel de árbitro supremo, exercido pelo Imperador, sem que o mesmo causasse prejuízo ao prestígio ou ao *status* de determinado grupo político, ou mesmo em relação a outros grupos sociais. A figura imperial funcionava como uma espécie de cimento, dando consistência à hierarquização social; isto é, acima de dois competidores ou facção existia sempre alguém ocupando uma posição mais alta: o Imperador. A figura paternal era importante para os conflitos e lutas políticas até fins da década de 1860, porque, conforme Richard Graham, ao processar as trocas de partidos políticos no poder, D. Pedro II "respondia aos ritmos que impeliam ou restringiam pequenas mudanças de direção entre os líderes políticos e burocráticos, intimamente em contato com as preocupações regionais e locais; servindo pacificamente de árbitro entre eles, mantinha - talvez de modo involuntário - a predominância política dos economicamente poderosos"³⁹. O caráter místico e paternal da figura imperial pode ser bem compreendido através das palavras de um pregador contemporâneo:

Do mesmo modo que Deus sustentava a harmonia das esferas através de uma "ordem maravilhosa que resulta de forças opostas [sem as quais] os astros se precipitariam uns sobre os outros", a monarquia constitucional, "colocada acima de todas as paixões, reguladora de todos os interesses [é a] mantenedora da ordem pública".⁴⁰

Para Ilmar de Mattos essa coordenação por parte da Coroa se fez presente na hora da conciliação entre as facções partidárias. Estabeleceu-se, portanto, o que o autor denominou o monopólio da responsabilidade, onde a figura do Imperador é projetada em todo o seu esplendor, eclipsando os conservadores, mais especificamente os saquaremas. Colocada como um partido, a Coroa fica encarregada de promover associações e difundir uma civilização. Esta atuação ocorre, segundo Ilmar de Mattos, em virtude de elementos que resultam da "força da

³⁸ MATTOSO, op. cit., p. 239.

³⁹ GRAHAM, op. cit., p. 84.

⁴⁰ Id.

Coroa e [d]o prestígio do Imperador"⁴¹. Um prestígio que se faz presente através de uma cadeia de lealdades e fidelidades que parte do Imperador em relação a seus súditos, "da mais distante freguesia do Sertão até o senador do Império ou Conselheiro de Estado; e ligava, de outro lado, cada um dos homens livres tanto àqueles que se encontravam acima quanto aos que se encontravam abaixo na escala hierárquica"⁴². Eram a troca de favores e encargos recíprocos os responsáveis pela reafirmação, a cada instante, da hierarquização contida nesta sociedade.

Além disso, para Ilmar de Mattos, o princípio da autoridade, aumentando as prerrogativas do Executivo, era fundamental para esvaziar a tão sonhada Liberdade, propagada e desejada pelos liberais. Nesse aspecto, retomavam-se os preceitos de Thomas Hobbes,

Para quem a Razão exigia e reclamava a existência do Estado, mas somente a partir da existência deste a Razão tornava-se tanto política quanto moral. "É a autoridade, não a verdade, que faz a lei", ensinava o autor de *Leviatã*, ao mesmo tempo que deixava claro que se a Razão era o término da guerra civil, o Estado era, por sua vez, quem tornava possível o contrato entre os indivíduos; "ninguém tem suficiente poder para estar seguro de que possa conservar-se, enquanto permanecer em estado de guerra".⁴³

É partindo desses pressupostos que o autor aponta as contradições dos liberais que, à época da Maioridade, não conseguiram defender o princípio da Liberdade sem que este estivesse atrelado ao princípio da Ordem e da Monarquia. Seria a partir dos aspectos simbólicos da festa da Maioridade que a Coroa cumpriria seu papel reforçado de inversão e neutralização, onde cada elemento encontrava seu verdadeiro lugar no cosmo social⁴⁴.

Caberia, por conseguinte, à Coroa

Lidar com as fissuras e divergências no interior da classe, com os afastamentos daqueles que se constituem em aliados, com os movimentos daqueles contingentes que se lhe opõem, dando-lhes o tratamento de divisão entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, e, ao assim proceder, propicia a unificação e homogeneização

⁴¹ MATTOS, op. cit., p. 169 e 170.

⁴² Ibid., p. 142 e 143.

⁴³ Ibid., p. 139.

⁴⁴ Ibid., p. 134.

dos representantes políticos da classe senhorial, habilitando-os para o exercício de uma direção e de uma dominação.⁴⁵

Uma visão totalmente utilitarista da Coroa. O autor apresenta uma visão a respeito de cultura contrária àquela verificada nas análises empreendidas por Marshall Sahlins. Este antropólogo busca recuperar o aspecto simbólico da cultura. Seu argumento é o de que

Toma-se por qualidade decisiva da cultura - enquanto definidora para todo modo de vida das propriedades que o caracterizam - não o fato de essa cultura poder conformar-se a pressões materiais, mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema simbólico definido, que nunca é o único possível. Por isso, é a cultura que constitui a utilidade.⁴⁶

Ainda na visão da Coroa como árbitro, encontra-se a análise de José Murilo da Carvalho. Para ele, a Coroa convenceu em dois momentos cruciais, no início do Segundo Reinado: quando proporcionou a volta dos revoltosos do Movimento Liberal de 1842 e, em consequência direta desta atitude, mostrou que haveria espaço para divergência dentro do sistema político imperial. "Demonstração de que a Monarquia era capaz de manter a ordem no campo e na cidade e de que poderia ser árbitro confiável para as divergências entre os grupos dominantes"⁴⁷.

Esta postura da Coroa era entendida na época como a responsável pela fraqueza partidária, que com suas freqüentes intervenções, impedia a consolidação dos partidos, desrespeitando seus programas e jogando uma liderança contra a outra. As ações da Coroa aparecem de forma bastante nítida em um panfleto de época, escrito por Ferreira Viana. No

Panfleto intitulado "A conferência dos Divinos", em que Pedro II, por ele já antes chamado de César caricato, aparecia ao lado de Nero e outro tirano contendo-lhes, em tom paternal, como conseguira governar sem uso de violência, apenas com a arma da corrupção. Sobre os partidos diz: "Dividi-os [os súditos] em partidos; servi-me de um para destruir o outro, e, quando o vencido estava quase morto, levantava-o para reduzir no mesmo estado o vencedor. Eram ferozes! Às vezes fingia querer conciliá-los para os confundir e corromper mais".⁴⁸

⁴⁵ Idem. p. 88.

⁴⁶ SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 9.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 17.

⁴⁸ Idem. Apud p. 158.

Esse poder da Monarquia em consolidar seu poder diante da efervescente sociedade imperial também foi observado por Kátia Mattoso. A pouca contestação teria ligação direta com as titulações, condecorações e rápidas promoções na carreira. Através desses "mimos", os presidentes de província e demais personagens de destaque na política e na economia se ligavam ainda mais ao poder constituído⁴⁹. Sem dúvida, descortinava-se um canal alternativo para a mobilidade social, já referida por José Murilo de Carvalho, via burocracia estatal. O aparato burocrático do governo teria, na visão do autor, a responsabilidade por absorver os marginais do sistema econômico-escravista, gerando uma contradição:

O Estado dependia, para sua manutenção, do apoio e das rendas geradas pela grande agricultura escravista de exportação, mas, ao mesmo tempo, tornava-se refúgio para os elementos mais dinâmicos que não encontram espaço de atuação dentro dessa agricultura. Instalava-se dentro do próprio Estado uma ambigüidade básica que iria dar à elite política certa margem de liberdade de ação.⁵⁰

Este tipo de procedimento havia sido utilizado já no momento de coroação de D. Pedro I, quando na ocasião ele concedeu diversos títulos. Com este ato D. Pedro não só afirmava o seu direito de conferir títulos, como também garantia a existência de uma nobreza intitulada na nova nação. Em 01/12/1822, em honra de sua coroação, D. Pedro criou a ordem Imperial do Cruzeiro. O grau conferia privilégios tanto sociais como legais para os contemplados⁵¹.

Todos os indícios relacionados nos vários pressupostos expostos pelos historiadores relacionados acima nos mostram que, seja através do poder pessoal do Imperador ou do peso da Coroa, enquanto partido ou instituição de poder (Poder Moderador); seja como árbitro, domando a voracidade dos partidos ou contribuindo para uma alternância no poder político; seja dando forma e hierarquizando uma nova nação que surgia, possibilitando a ascensão ou o alijamento de uma ou outra classe social, o fato relevante é que a pergunta que nos cabe fazer é: como se dava essa relação de poder entre o Imperador (ou a Coroa) e os partidos e,

⁴⁹ MATTOSO, op. cit., p. 264.

⁵⁰ CARVALHO, *A construção da ordem...*, p. 37.

⁵¹ Sobre a criação da ordem do Cruzeiro, como um apelo à Dinastia de Bragança, ver RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do Poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: UNB, 1995, p. 100. Ver também, BARMAN, op. cit., p. 102.

conseqüentemente, para com os súditos de todo o Império, englobando os mais próximos e os mais distantes? Se, de um modo geral, a luta dos diferentes grupos sociais era por poder, o que ele realmente representava nesta sociedade, e de que forma ele se tornava visível? Se ao Imperador (ou à Coroa) era reservado o papel de árbitro dessa sociedade, era porque, de alguma forma, nesta figura se concentrava uma reserva de poder capaz de realizar tais manobras. Se assim for, de que forma esta autoridade poderia se instaurar sem ser marcada pela força?

É exatamente esta parte ligada à questão do imaginário político e à cultura desta sociedade que falta investigar melhor. Ora, a importância e a luta por uma colocação poderia estar intrinsecamente ligada à questão do exercício do poder, que, por sua vez, revelaria o *status* de determinado cidadão que imediatamente o tornaria visível através das diferentes liturgias de poder existentes no Segundo Império: a Guarda Nacional e seus reluzentes uniformes; o aspecto teatral das eleições; a chegada e a posse dos presidentes de província; a abertura e o fechamento das Assembléias, realizados pelo próprio Imperador; as várias viagens realizadas pelo monarca; as freqüentes datas festivas do Império; os bailes, saraus e até mesmo as procissões religiosas. O que não faltava era oportunidade para expor, cotidianamente, o *status* oriundo do poder exercido por cada membro da sociedade senhorial-escravista do século XIX. Um poder que precisava se alimentar de um repertório de símbolos que a Monarquia se encarregava de processar, uma estratégia que já se fazia presente no primeiro reinado⁵².

⁵² SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1931**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em História), Universidade de Campinas. Neste trabalho, a autora trabalha, no capítulo V, o pacto social firmado no momento da aclamação de D. Pedro I. "O espetáculo público das festas oficiais se revelou uma solução interessante pela sua visibilidade, pela agilidade em sua expansão, por ser celebrativo do próprio país, porque o processo de adesão se tornava, assim, um público regozijo. [...] Dentro desta racionalidade do poder real e sem ferir ou anular a sua liturgia, antes valendo-se dela na sua elaboração, a estratégia política implementada consistiu em distribuir pelo país o retrato de D. Pedro I que seria recebido e aclamado. Amarrando e fincando, assim, o pacto social. Simultaneamente, esta distribuição de retratos e a sua festa de aclamação em cada localidade reiterava e redobrava a fundação do contrato e do Brasil, isto é, a sua própria origem.", p. 340. Podemos verificar por algumas descrições que esta prática teve continuidade durante o segundo reinado como, por exemplo, o AUTO de depósito da Bandeira do 17º Corpo de Voluntários da Pátria de volta da campanha do Paraguai na Catedral da Diocese de Mariana. **Revista do Archivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XVI, v. 2, p. 05-07, 1911.

A decoração pública era mesmo necessária, conforme colocou Rousseau. Isto, porque, para além das estruturas burocráticas e representativas, o poder necessita "da criação de imagens que atinjam de maneira imediata os corações e mentes da população; freqüentemente mais os corações que as mentes"⁵³. O poder monárquico não conseguiria se manter apenas pautado pela intransigência, isto porque,

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo.⁵⁴

O repertório simbólico produzido pela monarquia brasileira carece, sob este ponto de vista, de uma análise mais aprofundada. Principalmente se for levado em conta todo o aparato herdado da monarquia portuguesa, para o qual foram dados novos significados e cujos símbolos, em alguns casos, serviram de base para criação de outros símbolos adaptados à monarquia constitucional brasileira, aspecto a ser devidamente abordado e discutido dentro de um longo e profícuo debate metodológico. Por enquanto, cabe ressaltar a existência de uma simbiose entre este e a política; fato que ficou evidenciado à medida que iniciamos uma pesquisa mais apurada sobre os políticos mineiros do período imperial, principalmente aqueles eleitos para a Assembléia Provincial e Geral. Durante o levantamento dos dados referentes à formação sócio-econômica de tais políticos percebemos as imbricações do aparato simbólico da monarquia, seja através dos títulos e condecorações, seja através de uma ação direta, como aquela que fica evidenciada em um dos exemplos citado a seguir.

No que se refere especificamente ao caso mineiro, podemos, a partir do esforço prosopográfico já concluído, perceber que as diferenças entre liberais e conservadores se faziam notar no âmbito da arena política. Esta conclusão foi possível com base no levantamento de aproximadamente 70% dos nomes envolvidos na política da província

⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **Revista de História**. n. 6, p. 89.

⁵⁴ BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982, p. 7.

mineira. Os resultados remetem a uma proximidade à corrente historiográfica que privilegia as diferenças entre os partidos monárquicos. Sabemos da impossibilidade de apresentarmos uma explanação mais densa, tendo em vista a natureza e os objetivos deste ensaio; contudo, é viável, apenas como pistas para futuras pesquisas levantar alguns dados dos mineiros eleitos à Assembléia Geral, no período de 1841 a 1889. Computando apenas os reeleitos, num total de 81 nomes, 43% se dizem liberais e 27% conservadores. Nesse sentido, o estudo de alguns casos dentro da política mineira pode não apenas reafirmar esta tendência de divergência partidária, mas também servir de indicativo em relação às lacunas que já discutimos no início deste ensaio, referentes à importância do cerimonial monárquico. Aliás, diga-se de passagem, estudos dessa natureza configuram-se como uma carência dentro da historiografia mineira, uma vez que os estudos políticos acerca do Império apresentam-se ainda enquadrados dentro de abordagens tradicionais da história política, deixando de explorar as engrenagens do poder e as rivalidades entre as duas facções partidárias em Minas Gerais. Aspecto que merece um breve relato, tendo em vista que poderá influir em respostas a muitas lacunas, referentes à política no período imperial e, em particular, em Minas Gerais.

Um dos exemplos marcantes foi o do Conselheiro Antônio da Costa Pinto, administrador de várias províncias no Império. Depois de graduado em Direito em Portugal, não foi nomeado para a magistratura em virtude de um fato pitoresco envolvendo o cerimonial monárquico do Primeiro Reinado.

Comparecera ele, com vários colegas, a uma audiência de Pedro I no Paço e falou-lhe de modo respeitoso, mas nem beijou-lhe a mão e nem ajoelhou-se, como era estilo naquele tempo! Para maior escândalo, fora ele o único em assim proceder, atraindo os malévolos comentários dos velhos cortesãos e as boas graças do príncipe. Por isso, só posteriormente à abdicação de Pedro I, isto é, na fase regencial, obteve um despacho, sendo nomeado juiz de fora para o Serro, passando mais tarde para juiz do cível de Ouro Preto.⁵⁵

Logo em seguida, ainda no período regencial, Antônio da Costa Pinto passou a governar a Província de Minas entre 02 de outubro de 1836 a 13 de novembro de 1837. Contudo, com as modificações

⁵⁵ Conforme VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897, v. 1, p. 336.

ocorridas na arena política em virtude da ascensão do partido Conservador, o eminente político liberal foi removido, através de nomeação do cargo de juiz, para a longínqua comarca do Brejo, na província do Maranhão. Somente com a volta do partido Liberal ao poder, em 1844, é que foi nomeado para o cargo de chefe de polícia de Minas Gerais, até 1846, ano em que foi promovido a Desembargador da Relação de Pernambuco⁵⁶.

Outro exemplo foi o Desembargador Antônio Thomaz de Godoy, bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1834. Iniciou sua carreira na magistratura em 1837, quando foi nomeado juiz substituto da Comarca do Jequitinhonha, efetivado em 1841, quando já estava eleito deputado na Assembléia Provincial de Minas Gerais. Com a ascensão dos conservadores ao poder, logo após sua efetivação, foi removido para a Comarca do Baixo Amazonas. Envolvido no Movimento Liberal de 1842, não assumiu seu posto. Em 1844, quando os liberais retornaram ao poder, foi-lhe restituída a Comarca do Jequitinhonha. Logo em seguida, foi para a Comarca do Serro e eleito para a Assembléia Geral nas legislaturas de 1845 e 1848. Entre os anos de 1850 e 1856 foi juiz de direito e chefe de polícia na província do Espírito Santo. Durante o Gabinete Conciliador, foi chefe de polícia da Corte. Em 1857, foi nomeado juiz especial da 2ª Vara do Comércio da capital do Império⁵⁷.

Um terceiro exemplo, desta vez de um político conservador, Evaristo José da Veiga. Bacharel pela Faculdade de São Paulo, em 1855, foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Pouso Alegre e Jaguari. Foi eleito e reeleito deputado na Assembléia Geral, de 1861 a 1866 e, depois, em 1869. Com a mudança política em 1868, o Gabinete conservador o convidou para presidir a província de Sergipe. Em 1872, dissolvida a Câmara e hostilizado pelo partido da situação, não foi reeleito. Retornou à política em 1887, na terceira campanha para eleição como senador de Minas Gerais⁵⁸.

Esses exemplos, embora não possam configurar uma generalidade dentro da política mineira e nem mesmo dentro da política

⁵⁶ Ibid., p. 336 a 339. Antônio da Costa Pinto foi Deputado Geral em 4 legislaturas (1838-1841, 1842, 1845-1847, 1848); foi presidente da Província de Pernambuco em 1848; Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, em 1860; presidente da Província da Bahia, em 1860; presidente da Relação do Rio de Janeiro, em 1867; Ministro do supremo Tribunal de Justiça, em 1870; recebeu o título do Conselho e a Comenda da Ordem de Cristo.

⁵⁷ Ibid., v. 3, p. 22 a 24.

⁵⁸ Ibid., v. 1, p. 288 a 293.

imperial, mostram que esta arena não era um mero jogo de compadres e não mostram que ser liberal ou conservador pudessem significar a mesma coisa. No primeiro caso, é óbvia a interferência do cerimonial e dos laços que se estabeleciam entre o poder Imperial e o poder político, com implicações verticais nos direitos civis, no que se refere à obtenção de uma nomeação para um cargo, cujo pretendente possuía méritos para tal. Esse aspecto ganha um relevo ainda maior se observarmos o grande número de comendadores dentro da política, neste período. O que mostra que política e o aparato simbólico monárquico, via titulações, configuravam-se em oportunidades de acesso ao poder que poderiam ocorrer separada ou concomitantemente. Haja vista o alto número de barões em Minas Gerais, durante o segundo reinado: cerca de 180; ou seja, esta província ficava apenas inferior ao números de titulações da província do Rio de Janeiro, englobando a Corte⁵⁹. E, nos outros dois casos, confirma-se não apenas as rixas partidárias mas, sobretudo, a luta por cargos na magistratura e a importância que os mesmos adquiriam nas trajetórias políticas. Fatos que corroboram com a proposta de Richard Graham, no que se refere ao clientelismo no Brasil, mas que também indicam que a política oitocentista não poderia estar reduzida a esta prática simplesmente. Contudo, mesmo que timidamente, os exemplos colocados configuram-se em um incentivo a mais, com vistas a um exame mais apurado da política em Minas Gerais, revelando não apenas as implicações das liturgias do poder monárquico, mas também as liturgias inerentes ao poder político e o diálogo que se estabelece entre ambas.

⁵⁹ Este alto número de barões contempla todos aqueles nascidos em Minas Gerais e os que estabeleceram moradia nesta província. Em relação à comparação numérica entre as titulações mineiras e das demais províncias ver RHEINGANTZ, C. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Arquivo Nacional, 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750/1850**. Niterói, 1994. Dissertação (Mestrado em História) Universidade federal Fluminense.
- ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 22, mar.-ago. 1991.
- BALANDIER, G. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982.
- BARMAN, Roderick. **Brazil: the forging of a Nation (1798-1852)**. Califórnia: Stanford University Press, 1988.
- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. Rio de Janeiro: Pioneira, 1968.
- CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuidade (1834-1909)**. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.
- PIRES, Anderson José. **Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: UNB, 1981.
- _____. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, n. 2, jun. 1986.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.
- MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.
- MATTOS, Ilmar R. **O tempo saquarema**. A formação do Estado Imperial. 3 ed., Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MATTOSO, Kátia M. Queiroz. **Bahia - século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **Revista de História**, n. 6.

- OLIVEIRA, Leda Maria de. **O Movimento de 1842: o protesto armado da elite liberal mineira**. Niterói, 1983. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do Poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil**. Brasília: UNB, 1995.
- RODRIGUES, José Carlos. **Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. Monarquia e Primeira República: a natureza do pacto de dominação segundo interpretações correntes na historiografia. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 10, 1990.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos ICHL/UNICAMP**, Campinas, n. 17, 1985.
- SODRÉ, Néelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1935.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1931**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em História), Universidade de Campinas.
- SOUZA, Sonia Maria de. **Além dos cafezais: a diversificação produtiva na economia cafeeira - o caso de Juiz de Fora (1870-1900)**. Juiz, de Fora, 1995. Monografia (Bacharelado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora.
- URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial: a Burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX**. São Paulo: Difel, 1978.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras (1664-1897)**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1897.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

RESUMO

Visões da Liturgia: o Imperador e os partidos políticos

O ensaio discute a bibliografia sobre a constituição do Estado Nacional brasileiro, a conformação da elite governante e sua organização política, buscando avaliar o papel do cerimonial monárquico e das diferenças partidárias entre liberais e conservadores.

Palavras-Chave: Estado Nacional; liberais; conservadores; cerimonial monárquico.

ABSTRACT

Visions of Liturgy: the Emperor and the parties

The essay discusses the bibliography regarding the formation of the Brazilian Nation, the structuring of the governing elite and its political organisations with a view to evaluating the role of monarchical ceremony and the differences between the liberal and conservative political parties.

Key-words: National State; liberals, conservatives; monarchical ceremony.